
Convergências de interesses e disputas: as interações e conflitos políticos e religiosos entre Católicos e Evangélico-luteranos no Rio Grande do Sul (análises sobre o município de Novo Hamburgo, década de 1920)

Convergences of interests and disputes: political and religious interactions and conflicts between Catholics and Evangelical Lutherans in Rio Grande do Sul (analyzes of the municipality of Novo Hamburgo in the 1920s)

Rodrigo Luis dos Santos*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as relações políticas e sociais estabelecidas por dois grupos confessionais no Rio Grande do Sul da década de 1920, tendo como local o município de São Leopoldo e o seu então segundo distrito, Novo Hamburgo. Nesse ambiente, diferentes interesses entraram em jogo, ora estabelecendo uma relação de interação entre estes diferentes grupos confessionais, ora deflagrando diversos conflitos e disputas por espaço de atuação e poder. Deste modo, política e religião convergem em uma estreita vinculação, visando, sobretudo, o exercício de força e poder diante dos demais agentes históricos envolvidos. Através desta apreciação crítica, é possível compreender as estratégias de inserção política e social e de manutenção de poder por estes grupos, que excedem o recorte espacial proposto, e que foram marcantes no Rio Grande do Sul já no período imperial, ascendendo consideravelmente após a instalação da República.

Palavras-chave: Política. Religião. Católicos. Evangélico-Luteranos.

Abstract

The objective of this article is to analyze the political and social relations established by two confessional groups in Rio Grande do Sul in the 1920s, with the municipality of São Leopoldo and its then second district, Novo Hamburgo, as their location. In this environment, different interests came into play, sometimes establishing a relationship of interaction between these different confessional groups, sometimes triggering various conflicts and disputes for

* Mestre em História pela UNISINOS. Professor no Curso de História e em Cursos de Especialização do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI). E-mail: rluis.historia@gmail.com

space of action and power. In this way, politics and religion converge in a close bond, aiming, above all, the exercise of strength and power before the other historical agents involved. Through this critical appraisal, it is possible to understand the strategies of political and social insertion and maintenance of power by these groups, which exceed the proposed spatial cut, and which were remarkable in Rio Grande do Sul already in the imperial period, rising considerably after installation of the Republic.

Keywords: Politics. Religion. Catholics. Evangelical-Lutherans.

Para além das festividades

No dia 17 de maio de 1925, provavelmente, os moradores das redondezas do então distrito de Novo Hamburgo, pertencente ao município sul-rio-grandense de São Leopoldo, puderam ouvir, até mesmo de certa distância, tiros dos pequenos canhões que geralmente eram utilizados nas festas religiosas de então.¹ Também devem ter sido ouvidos cânticos, orações, e, posteriormente, os sons emitidos pelas festividades. Os que moravam mais próximo também podem ter ouvido pelo menos alguns trechos do discurso proferido na ocasião, que teve como orador Leopoldo Petry. Na referida data, o padre Antônio Schimmoeller, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, com a autorização do então arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker, procedeu à bênção de uma nova capela católica,² construída próxima da linha férrea na localidade de Novo Hamburgo.³ A nova capela recebeu como seu padroeiro São Luiz Gonzaga, postulante jesuíta falecido ainda jovem, no ano de 1591.

¹ Pelo fato de não termos tido acesso ao Livro Tombo e documentos relacionados à fase inicial da Comunidade São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo, essa hipótese foi formulada a partir do conhecimento de características gerais das festividades religiosas e comunitárias realizadas nesse período, além de informações indicadas em obra comemorativa ao cinquentenário de fundação da paróquia, ocorrido em 1976. Maiores informações podem ser obtidas em: RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. *Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977, p. 06.

² Entre 1952 e 1954, na medida em que o novo templo era finalizado, a capela inaugurada em 1924 era demolida. Parte do material resultante da demolição foi utilizada na construção da capela Nossa Senhora das Graças, em 1954, hoje igreja matriz da paróquia de mesmo nome, localizada no Bairro Rondônia, em Novo Hamburgo. A demolição definitiva da antiga capela se deu em 1956.

³ O primeiro trecho da via férrea, que ligava Porto Alegre até São Leopoldo, foi fundado em 1874. Além da extensão que deu origem ao núcleo de Novo Hamburgo, em 1876, a linha férrea recebeu novas extensões: até Taquara (1903) e Canela (1922). Esta linha entre Porto Alegre e Canela foi desativada, assim como outras no estado, a partir de 1963.

A inauguração da nova capela católica se deu pouco mais de quinze meses após o lançamento da pedra fundamental da obra, em cerimônia que contou com a presença do arcebispo metropolitano Dom João Becker, no dia 3 de fevereiro de 1924. Aliás, o ano de 1924 fora de intensas atividades no distrito de Novo Hamburgo e na sede municipal, São Leopoldo. Nesse ano completavam-se cem anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães na região,⁴ que recebeu o nome inicial de Colônia Alemã de São Leopoldo.⁵ As obras de construção da capela tiveram sua execução realizada pela Construtora Breidenbach & Mosmann, fundada em 1923, de propriedade de Arthur Oscar Breidenbach e Alberto Mosmann. O projeto da capela foi elaborado pelo arquiteto Joseph Lutzenberger,⁶ nascido na Alemanha, chegado ao Brasil em 1920. Fora constituída uma comissão para supervisionar a obra e angariar fundos para custear a construção. Essa comissão era composta pelos empresários Pedro Adams Filho e Pedro Alles, Léo João Campani, proprietário de uma farmácia em Novo Hamburgo, e Leopoldo Petry, funcionário da intendência de São Leopoldo.

Porém, o ano de 1926 marca uma mudança importante na trajetória dos católicos de Novo Hamburgo. Em 14 de maio de 1926, véspera do primeiro aniversário da inauguração da capela, ocorre a criação da Paróquia São

⁴ Deve-se levar em consideração que, no período em que essas primeiras levas de imigrantes vieram para o Sul do Brasil (entre 1824 e 1830), ainda não existia a Alemanha como país unificado e constituído, fato que ocorreria apenas a partir de 1870. Esses imigrantes vieram de regiões como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado, entre outras. Nesse período, eram regiões que possuíam proximidade linguística e cultural, mas ainda não constituíam uma unidade político-administrativa.

⁵ No período anterior à fundação da Colônia Imperial de São Leopoldo e à chegada dos imigrantes alemães, funcionava nesta região a Real Feitoria do Linho Cãnhamo, onde o cãnhamo era produzido para a fabricação de cordas, que por sua vez eram utilizadas em navios. A Real Feitoria foi instalada no denominado Faxinal do Courita em 1788, sendo desativada em 1824, poucos meses antes da chegada dos imigrantes. Não há exatidão na origem da Real Feitoria que foi instalada próximo ao rio dos Sinos em 1788, mas há indicações de que seja oriunda da região sul da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, provavelmente próximo de Pelotas, tendo sido fundada por volta de 1783. A transferência deve-se ao fato de o solo daquela região não ser o mais indicado para a produção do linho cãnhamo. A antiga sede da feitoria serviu de paradoro para os primeiros imigrantes, que desembarcaram em São Leopoldo em 25 de julho de 1824. Os escravos negros que trabalhavam no local foram levados para outras fazendas pertencentes ao Império.

⁶ Nascido em Altötting, região da Baviera, Alemanha, em 13 de janeiro de 1882, Joseph Franz Seraph Lutzenberger se formou em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Real da Baviera, sediada em Munique (München). Trabalhou, antes de emigrar para o Brasil, em 1920, em cidades alemãs como Dresden e Wiesbaden. Além de trabalhar com arquitetura, também foi artista plástico, dedicando-se à pintura. Chegado ao Rio Grande do Sul, trabalhou inicialmente na firma Weis& Cia, de Porto Alegre. Entre seus projetos mais conhecidos estão a Igreja São José, o Palácio do Comércio, o Pão dos Pobres, situados em Porto Alegre, além de ter elaborado importantes projetos para os colégios Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Carmo, prédios para as empresas de A. J. Renner, o Clube Caixaerial, também em Porto Alegre, além de projetos em cidades como Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul, Lajeado, Caxias do Sul e Novo Hamburgo (onde, além da Igreja São Luiz Gonzaga, elaborou o projeto do prédio da Fábrica de Calçados Adams & Cia., fundada por Pedro Adams Filho). Faleceu em Porto Alegre, em 2 de agosto de 1951.

Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo,⁷ a partir de decreto emitido pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, assinado pelo arcebispo metropolitano Dom João Becker. O padre José Bloemecke, S. J., que desde março daquele ano reside na casa canônica, na qualidade de vigário, e auxilia nos ofícios religiosos da capela local, é nomeado o primeiro pároco da nova Paróquia.

Flertando entre dois senhores: fé e poder

Mas qual a razão de narrar os acontecimentos provenientes da construção de uma nova capela católica e a elevação dessa mesma capela à categoria de paróquia? Além da importância destes fatos para a comunidade católica local, de uma forma mais geral, acreditamos que a percepção dos detalhes presentes no desenvolvimento destes fatos é de importância para entendermos a relação estreita entre política e religião, aspecto notadamente marcante nas regiões de imigração, sobretudo após o advento republicano, no último quartel do século XIX.

A constituição da comunidade católica São Luiz Gonzaga não deve ser entendida apenas pelo prisma religioso, como reflexo dos anseios de um grupo. Evidentemente, questões como eventuais dificuldades de deslocamento para participar das atividades na igreja matriz Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, como, por exemplo, das missas dominicais e recepção de sacramentos, devem ser consideradas. Talvez estes aspectos sejam os que motivaram a maior parte da comunidade católica. Porém, existem outros aspectos fundamentais que precisam ser vislumbrados e analisados. Aspectos estes que atendem aos objetivos de outro grupo de pessoas, as quais têm grande influência e que ocupam significativos postos de liderança.

A elevação da capela São Luiz Gonzaga ao status de paróquia ocorre cinco anos após a articulação e a criação de uma comunidade organizada. Podemos dizer que este processo ocorreu de forma bastante rápida. E o motivo talvez não seja apenas o fervor religioso e o empenho comunitário. Estas razões existiam. Mas as motivações políticas, acreditamos, foram o elemento-chave para esse processo. Acreditamos em, pelo menos, dois interesses fundamentais: um, que prescindia diretamente da principal autoridade católica

⁷Esta comunidade hoje forma a Paróquia da Catedral Basílica São Luiz Gonzaga, pertencente à Diocese de Novo Hamburgo. Até 1921, a comunidade de Novo Hamburgo estava vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg. A partir de 1921, novo Hamburgo passa a organizar uma comunidade católica autônoma, fato que se efetiva em 1925. A inauguração da primeira igreja ocorre nesse mesmo ano. O templo atual foi finalizado em 1956, tornando-se sede episcopal da Diocese de Novo Hamburgo em 1980, quando esta diocese foi criada pelo Papa João Paulo II, desmembrando-a da Arquidiocese de Porto Alegre.

do Rio Grande do Sul, o arcebispo metropolitano Dom João Becker, e outra, em nível político mais local.

Dom João Becker⁸ assumiu o governo episcopal da Arquidiocese de Porto Alegre⁹ em 1912. Nesse período, a Igreja Católica, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, ainda estava bastante vinculada com o Projeto de Restauração Católica.¹⁰ Na qualidade de principal liderança do catolicismo no estado, Dom João Becker tratou de implementar ações que garantissem a execução deste projeto, a partir das orientações advindas de Roma, dando continuidade ao trabalho realizado por seus predecessores no governo arquidiocesano.

Mas sobre a trajetória de Dom João Becker, não podemos pensar que todas as suas ações têm por finalidade garantir o êxito para a Igreja Católica. Conforme René Gertz (2002),¹¹ muitas ações promovidas pelo arcebispo

⁸ Dom João Batista Becker nasceu em Sankt Wendel, Alemanha, em 1870, e morreu em Porto Alegre em 1846. Sua família emigrou para o Brasil em 1878, instalando-se em São Vendelino, hoje município na região do Vale do Rio Caí. Estudou no Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, pertencente aos padres jesuítas, e no Seminário Diocesano de Porto Alegre. Foi ordenado sacerdote em 1896, sendo nomeado pároco da Paróquia Menino Deus de Porto Alegre. Em 1908, foi sagrado bispo e nomeado primeiro bispo da Diocese de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. Em 1912, foi nomeado Arcebispo de Porto Alegre. Permaneceu no cargo até sua morte, em 1946, somando assim 34 anos à frente da Arquidiocese.

⁹ Em 1910, a partir da publicação em 15 de agosto da bula papal *Praedecessorum Nostrorum*, do Papa Pio X, a Diocese do Rio Grande do Sul foi dividida em quatro dioceses: Santa Maria, Pelotas, Uruguaiana e Porto Alegre, sendo que esta última fora já elevada à categoria de arquidiocese. O então bispo diocesano, Dom Cláudio Ponce de Leon, recebeu o título de arcebispo metropolitano, sendo o primeiro arcebispo da nova arquidiocese, permanecendo no cargo até 1912, quando fora substituído pelo então bispo de Florianópolis, Dom João Becker. Uma arquidiocese, dentro da estrutura hierárquica da Igreja Católica, se torna a mais importante diocese de uma região eclesiástica, tendo inclusive, a partir da autoridade do arcebispo que a governa, o exercício de determinadas jurisdições sobre as demais dioceses pertencentes a esta região eclesiástica.

¹⁰ A Restauração Católica no Rio Grande do Sul se iniciara ainda no período do Império, a partir de 1860, quando da nomeação e posse de Dom Sebastião Dias Laranjeira para o Bispado do Rio Grande do Sul. Alinhada com o pensamento Ultramontano, que, entre outras questões, visava a uma não vinculação da Igreja aos poderes do Estado, a um maior rigor na obediência hierárquica e no âmbito da ação pastoral e centralização do poder na figura do Papa e da Cúria Romana (Santa Sé), essa proposta começou a ser implantada pelos bispos que governaram a Diocese do Rio Grande do Sul e, a partir de 1910, Arquidiocese de Porto Alegre. Em 1890, substituindo Dom Sebastião Dias Laranjeira, assume o governo episcopal o mineiro Dom Claudio Ponce de Leon, que ficaria no poder até 1912. A Dom Claudio Ponce de Leon três linhas de ação são atribuídas: fortalecimento das escolas comunitárias católicas e de seus professores, incentivo ao papel da imprensa vinculado com a Igreja e a vinda de diversas ordens religiosas com maior número de membros, como no caso dos jesuítas. Diversos sacerdotes desta ordem vieram para o Brasil em um número significativo, principalmente com a expulsão promovida pelo governo da Alemanha, o que permitiu uma atuação mais incisiva destes nas regiões de colonização alemã do estado, além de lhes ser confiada a missão de conduzirem mais de perto o Projeto de Restauração. Para informações mais detalhadas, ver: RAMBO, Arthur Blásio. *A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional*. In: DREHER, Martin Norberto. *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998; _____, *Restauração católica no Sul do Brasil, História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

¹¹ GERTZ, René E. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002, p. 98-104.

são para garantir seu êxito pessoal e a manutenção de seu poder e de sua autoridade. Nesse sentido, as questões avançam o campo religioso, adentrando fortemente o campo político. E estas relações e disputas de cunho religioso e político fomentam o surgimento de adversários. E entre os adversários de Dom João Becker, podemos citar o Sínodo Rio-grandense. E aqui iremos abordar um aspecto que se vincula mais diretamente com o caso da construção da capela São Luiz Gonzaga e com a criação da respectiva paróquia, em 1926.

Até 1921, ano em que se organizou a criação da comunidade católica de Novo Hamburgo, a região do 2º Distrito de São Leopoldo (formada pelas localidades de Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom) era atendida apenas pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, criada em 1875, mas instalada apenas em 1880. Enquanto isso, os evangélico-luteranos do Sínodo Rio-grandense contavam com três comunidades, uma em cada localidade anteriormente referida. Com o decorrer do tempo, este fator começou a ser motivo de preocupação para as lideranças católicas locais e também para a Cúria Metropolitana. A partir do momento em que o grupo evangélico-luterano consegue se articular melhor em suas estruturas comunitárias, isso permite também uma composição política mais alicerçada. Para as lideranças católicas locais, isso envolvia uma questão político-partidária bastante séria. E para a Cúria Metropolitana representava que o êxito das ações do Projeto de Restauração Católica poderia sofrer prejuízos, ao mesmo tempo em que o próprio alcance da autoridade de Dom João Becker se tornava limitado. Para atender estas duas demandas, a articulação em torno da criação de uma nova comunidade e, em consequência disso, de uma nova paróquia na região, foi efetivada com afinco pelos envolvidos na questão. O que explica também a rapidez do processo de estruturação da comunidade, construção do templo e criação da paróquia que, como vimos, se consolidou em apenas cinco anos.

Em 19 de julho de 1921, é elaborado o estatuto da chamada Sociedade Católica de Novo Hamburgo, entidade civil responsável pela compra de um terreno e por conduzir os trabalhos de construção da capela em Novo Hamburgo. Em 19 de agosto do mesmo ano, o estatuto é aprovado pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, e depois disso, é empossada a primeira diretoria da comunidade, formada por: José João Martins, presidente; Ervino João Schmidt, secretário; João Wendelino Hennemann, tesoureiro, que também ocupa o cargo de zelador, juntamente com José Treis, João Petry e Albino Kieling.

A partir dessas informações, chegamos ao segundo tópico que mencionamos anteriormente, assim como passamos a nos dedicar mais detalhadamente ao processo político- histórico envolvendo católicos e evangélico-luteranos.

Optamos em iniciar este artigo contemplando a criação da comunidade católica São Luiz de Novo Hamburgo justamente para ressaltar de forma incisiva uma de nossas convicções: de que determinadas ações no campo religioso são expressões de objetivos políticos bem delimitados. Desta forma, precisamos analisar estes aspectos, levando em conta estes fatores e estas intencionalidades. Temos consciência de que não podemos nos deixar influenciar meramente por esta concepção, com o risco de não percebermos outras variáveis. Mas, dentro do período analisado, a partir das fontes consultadas e dos referenciais dos quais dispomos, é inequívoco afirmar que religião e política constituem-se de elementos indissociáveis para os agentes históricos que atuam neste cenário social.

Quando atentamos para os nomes envolvidos nas diferentes etapas que resultaram na constituição da segunda paróquia católica de Novo Hamburgo, é possível fazer um mapeamento de quem foram estes agentes históricos e em quais meios atuaram. A partir disso, veremos que a atuação política tem bases muito bem sedimentadas, advindas de, pelo menos, trinta anos antes do referido acontecimento. E entender esse panorama político e religioso é fundamental para melhor compreender os desdobramentos que se efetivam. Mas iremos agora reconstituir e apreciar um fato político transcorrido em 1920.

São Leopoldo andava agitada no princípio de 1920. As eleições municipais para a escolha do novo intendente estavam marcadas para o dia 12 de agosto.¹² Porém o clima em torno da escolha dos candidatos ao posto indicava que tensões bastante veementes ocorreriam até o dia do pleito. O nome indicado por Antônio Augusto Borges de Medeiros, então presidente do estado, recaí sobre Mansueto Bernardi.¹³

¹² Nome dado aos atuais prefeitos até 1930, quando ocorreu a mudança de denominação.

¹³ Mansueto Bernardi era italiano de nascimento, tendo nascido em 20 de março de 1888 em Asolo, Treviso. Ainda muito pequeno veio com seus pais para o Brasil. Passou a infância no município de Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Trabalhou como professor e colaborou, como redator, para o jornal *Correio do Povo*, além de ter sido diretor da Livraria e Editora do Globo e da *Revista do Globo*. Exerceu também funções nas secretarias da Fazenda e de Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Apoiou, em 1929 e 1930, a Aliança Liberal, tanto na campanha eleitoral quanto no processo que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao executivo do governo federal. Mansueto Bernardi também exerceu a função de diretor da Casa da Moeda. Aderiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, o que ocasionou que Mansueto Bernardi fosse preso após a implantação do regime do Estado Novo. Também se dedicou à Literatura, escrevendo algumas obras. Faleceu em 9 de setembro de 1966, em Veranópolis, onde voltou a residir após sua aposentadoria como funcionário público estadual.

Secretário pessoal de Borges de Medeiros, Mansueto Bernardi foi nomeado intendente de São Leopoldo após a renúncia de Gabriel de Azambuja Fortuna.¹⁴ Assumiu o cargo em 31 de outubro de 1916. Conforme nos indica René Gertz (2002), desde o início de seu mandato, Mansueto Bernardi sofria oposição de parte dos diretórios do PRR, tanto em São Leopoldo quanto em Novo Hamburgo.

Por conta disso, a indicação do nome de Mansueto Bernardi não foi aceita de forma passiva por alguns integrantes do partido, de maneira especial os que atuavam no diretório do distrito de Novo Hamburgo. Parte do descontentamento desse grupo, assim como de integrantes do diretório republicano leopoldense, estava no fato de Borges de Medeiros impor, desde 1916, intendentes que eram alheios ao cenário político local. Além disso, também pesa o fato de impor a candidatura deles nos pleitos eleitorais, fazendo com que passassem de governantes provisórios para efetivos.

Essa prática política de Borges de Medeiros não ficara restrita apenas ao caso de São Leopoldo. Tratava-se de um instrumento político utilizado em larga escala, sendo recorrente em vários municípios do Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República.¹⁵ Essas ações de intervenção nos municípios, assim como a prática de fomentar disputas intrapartidárias, faziam parte do arcabouço estratégico de Borges de Medeiros, que utilizava destes dispositivos para garantir seu controle unipessoal sobre os rumos do partido. Conforme salienta Loiva Otero Félix,¹⁶ Borges de Medeiros “manteve o partido sempre fracionado, dividindo permanentemente suas bases, para ter margem de barganha, colocando-se sempre acima das facções locais”. O caso de São Leopoldo

¹⁴ engenheiro Gabriel de Azambuja Fortuna assumiu o cargo de intendente provisório de São Leopoldo em 12 de outubro de 1916, substituindo o coronel Guilherme Gaelzer Neto, que governara o município entre 1902 e 1916, deixando o cargo por conta de atritos com o presidente do estado e chefe do PRR, Borges de Medeiros, além de atritos com oposicionistas dentro do próprio partido, com destaque para Jacob Kroeff Neto. Em 1917, por indicação de Borges de Medeiros, Azambuja Fortuna é o candidato situacionista a intendência leopoldense, sendo eleito no pleito ocorrido em 24 de junho de 1917. Exerceu seu mandato até 13 de outubro de 1919, quando pediu exoneração do cargo.

¹⁵ Exemplos de ações desse tipo também ocorreram em municípios como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Taquara, Lajeado, São Sebastião do Caí e Montenegro. Sobre o caso de Santa Cruz, um trabalho que se destaca por analisar este jogo político local e a interferência das ações de Borges de Medeiros, foi escrito por Silvana Krause. Ver: KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Sobre os demais municípios citados, sugerimos o trabalho de René Gertz, que traz um apanhado importante para entendermos este processo. Ver: GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

¹⁶ FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, março de 1992, p. 126.

pode ser perfeitamente inserido nessa mecânica política. Mas a questão da divisão interna do partido localmente também precisa levar em consideração outros aspectos, sobretudo a relação entre o diretório da sede municipal e o grupo político de Novo Hamburgo.

O relacionamento entre as lideranças republicanas de Novo Hamburgo e de São Leopoldo sempre foi marcado por, no mínimo, um clima de instabilidade. Instabilidade essa com fases mais agudas, ora mais amenas. Mas sua presença é perene. Sobre os conflitos e articulações políticas ocorridos entre 1892, quando é nomeado o primeiro intendente leopoldense, major Epifânio Orlado de Paula Fogaça, até 1919, quando da renúncia de Gabriel de Azambuja Fortuna, René Gertz elaborou um trabalho bastante significativo sobre o período.¹⁷ Nosso enfoque principal se dará sobre os acontecimentos a partir de 1920. Todavia, isso não significa que, ao longo de nossa análise, não lancemos luzes sobre momentos políticos anteriores. Exemplo disso é a necessidade de mencionar um dos episódios que desagradou profundamente às lideranças políticas de Novo Hamburgo, e que colaborou para a renúncia de Azambuja Fortuna. Mais que isso, foi um ponto de convergência para a intensificação das ideias de emancipação do então distrito. Trata-se do episódio da mudança do nome da localidade, em 1919.

Uma das consequências da Primeira Guerra Mundial foi o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, fato este ocorrido em 17 de abril de 1917. Antes disso, no dia 5 de abril do mesmo ano, o vapor brasileiro *Paraná*, que fazia transporte de café para a Europa, foi atacado por um submarino alemão e acabou afundando na costa francesa. A repercussão do ataque causou uma série de intensas manifestações no Brasil. O então ministro das Relações Exteriores, o catarinense Lauro Müller, teve que renunciar ao cargo por conta de sua postura de neutralidade (mas apontada por alguns historiadores como favoráveis à Alemanha). Em algumas capitais, empresas e entidades de origem alemã foram atacadas, ocorrendo assim depredações, invasões, pilhagens e até incêndios. Em Porto Alegre, os locais que sofreram sérios danos foram o Hotel Schmidt, a Sociedade Germânia, o Turnerbund (Atual Sociedade Ginástica de Porto Alegre – SOGIPA) e a sede do jornal *Deutsche Zeitung*. Em 19 de dezembro de 1918, pouco mais de um mês após o término do conflito, ainda em decorrência do rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, o governo do Rio Grande do Sul emitiu uma circular

¹⁷ GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 177-2015. (Coleção História; 50).

indicando a substituição de nomes de localidades em língua alemã ou que, de alguma forma, se referissem à Alemanha, por nomes brasileiros.¹⁸

Em São Leopoldo, o intendente Gabriel de Azambuja Fortuna decide modificar o nome do 2º Distrito, Novo Hamburgo.¹⁹ Em 28 de fevereiro de 1919, emite um decreto que modifica a denominação do distrito, que passa a se chamar Borges de Medeiros.²⁰ Em junho de 1919, ocorre a modificação do nome da localidade de Hamburgo Velho (também chamada de Hamburger Berg), que fazia parte do distrito de Novo Hamburgo, denominando-a de Coronel Genuíno Sampaio,²¹ em homenagem ao militar que comandou uma expedição contra o movimento dos Mucker,²² no morro Ferrabrás, então distrito de Sapiranga, em 1874. A mudança de nome não foi bem recebida por lideranças políticas e empresariais das duas localidades, que mobilizaram a comunidade contra esse procedimento do intendente leopoldense. Além disso, Borges de Medeiros não aceitou a homenagem, solicitando que seu nome não fosse concedido à localidade de Novo Hamburgo.

¹⁸ Circular nº. 1.634, de 19 de dezembro de 1918.

¹⁹ Segundo as pesquisas, Azambuja Fortuna realizara estas alterações pelo fato de, segundo sua interpretação, os nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho homenagearem a cidade alemã de Hamburgo. Além desta medida, o governo municipal de Azambuja Fortuna tomou outras medidas de cunho nacionalista, inclusive interferindo em entidades, clubes, educandários e sociedades. Sobre este assunto, indicamos o trabalho de Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, que mostra o estudo mais completo feito acerca deste aspecto. Ver: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2000.

²⁰ Ato nº. 75, de 28 de fevereiro de 1919 – Documentos da restituição dos nomes à Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

²¹ Ato nº. 82, de 11 de junho de 1919 – Documentos da restituição dos nomes à Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

²² O chamado movimento dos Mucker ocorreu entre 1868 e 1874, no morro Ferrabraz, em Sapiranga, então pertencente ao município de São Leopoldo. Envolveu colonos de origem alemã, que se tornaram adeptos de Jacobina Mentz Maurer e de seu marido, João Jorge Maurer. Em 1874, após se intensificarem conflitos entre comerciantes e religiosos locais com o grupo do Ferrabraz, inclusive com ataques a residências e mortes de ambos os lados, ocorreram investidas por parte do Exército imperial, a fim de acabar com o conflito e conter o grupo dos Mucker, já considerados rebeldes e inimigos da ordem pública. O comando inicial das tropas foi do coronel Genuíno Olimpio de Sampaio, que se destacara durante a Guerra do Paraguai. O coronel Genuíno Sampaio acabou sendo morto durante um ataque, em 20 de julho de 1874. O ataque final aos Mucker, que culminou inclusive com a morte de Jacobina Mentz Maurer, ocorreu em 2 de agosto de 1874, sendo comandante da operação o então capitão Francisco Clementino Santiago Dantas. Para diferentes versões sobre o conflito, ver: PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz: os Mucker*. 2. ed. São Leopoldo: Rotermond, 1966; SCHUPP, Ambrósio. *Os Mucker*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, sem data; GEVEHR, Daniel Luciano. *Fanáticos, violentos e ferozes liderados por Jacobina endiabrada: as representações anti-Mucker em “O Ferrabraz” (1949-1960)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

Entre as lideranças políticas e empresariais de Novo Hamburgo que se posicionaram contra os decretos emitidos por Azambuja Fortuna, estão Jacob Kroeff Neto, deputado estadual, José João Martins, empresário e membro do diretório hamburguense do PRR, Pedro Adams Filho, empresário do setor coureiro-calçadista e representante de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo,²³ Ervino João Schmidt, João Wendelino Hennemann, João Wendelino Hennemann Filho, Alberto Mosmann, Carlos Augusto Brenner, Leo João Campani, Augusto Wolf, Pedro Alles, Leopoldo Petry, Albino Kieling, Leonardo Alles, entre outros. Dentre os nomes citados, todos, além de suas atividades empresariais e da militância no diretório republicano hamburguense, eram membros ativos da comunidade católica local. Além destes, também encontramos entre os manifestantes o diretor do Colégio São Jacó, de Hamburgo Velho, Irmão Manuel, e professores Irmão Rodolfo e Irmão Tarcísio, que lecionavam no mesmo educandário. Estes eram membros da congregação religiosa dos Irmãos Maristas.

Mas a questão da mudança de nomes não causou incômodo apenas entre os republicanos católicos. Entre os evangélico-luteranos ocorrera a mesma discordância. Entre os nomes que assinaram a petição, encontramos: Balduino Michels, Oswaldo J. Driesch, Ernesto Olypho Moeller, Augusto Jung, Roberto Streb, João Brandenburger, Germano Fehse, Júlio Trein, Henrique Alberto Steigleder, Jacob Sperb Filho, Waldemar Kremer, Guilherme Ludwig, Eduardo Springer, Frederico Kremer.

A disputa política por conta da troca de nomes não movimentou apenas moradores das duas localidades que sofreram alterações. Na documentação que arrolamos, vemos que também foi mobilizada a sociedade da localidade de Campo Bom, que então integrava o 2º Distrito. Os nomes que encontramos nesta lista representam tradicionais famílias de origem alemã da localidade, com atuação econômica principalmente na área coureiro-calçadista, no comércio e na indústria oleira. Entre os signatários, encontramos: Gustavo Vetter, Emílio Vetter, Willy Korndörfer, Walter Blos, Alfredo Krummenauer, Alberto Fleck, Carlos Strassburger, Pedro Blos, Alfredo Blos, Balduino Dreger, Oswaldo Neumann, Felipe Blos II, Emilio von Reisswitz, Miguel Blos Neto. Dos nomes citados e dos demais que constam no abaixo-assinado, residentes em Campo Bom, todos são evangélico-luteranos. Esse fator corrobora com nossa

²³ Nome conferido até 1935 às atuais Câmaras de Vereadores. A denominação dada aos seus integrantes era de conselheiros, passando a serem chamados de vereadores apenas a partir de 1935. O termo Câmara de Vereadores era utilizado no período monárquico do Brasil. Com o advento da República, foi modificado para Conselhos Municipais.

tese de que, entre os evangélico-luteranos, a possibilidade de uma articulação sociopolítica era mais favorável, por conta da existência de comunidades constituídas e organizadas nas três localidades que formavam o distrito de Novo Hamburgo.

O clima de pressão política que se instalou no município de São Leopoldo fez com que Gabriel de Azambuja Fortuna pedisse sua exoneração do cargo de intendente. Logo após a sua saída, um manifesto com 914 assinaturas que reivindicava o retorno das antigas denominações das duas localidades integrantes do 2º distrito leopoldense foi encaminhado ao novo intendente nomeado, Mansueto Bernardi.²⁴ Os nomes que apontamos anteriormente estavam entre os signatários deste manifesto.²⁵ No início de janeiro de 1920, o intendente Mansueto Bernardi revogou o decreto de seu antecessor, estabelecendo o retorno das antigas nomenclaturas.²⁶ Mas, mesmo com essa medida, que politicamente tentava contentar e acalmar os ânimos dos republicanos e da própria oposição em Novo Hamburgo, a aversão em torno de seu nome permanecia.

A mobilização em torno da mudança de nome das localidades de Novo Hamburgo e de Hamburgo Velho foi o primeiro grande momento de aproximação entre lideranças políticas católicas e evangélico-luteranas, tanto republicanas quanto integrantes da oposição federalista. O segundo momento ocorre justamente no ano seguinte, 1920, na eleição para a intendência municipal de São Leopoldo, quando se articulam em nome de um candidato que se oponha a Mansueto Bernardi. Mais que isso, significa uma discordância com as práticas políticas intervencionistas de Borges de Medeiros.

O candidato escolhido pela dissidência republicada, com apoio da oposição, foi o advogado Carlos Octaviano de Paula,²⁷ que possuía uma ligação

²⁴ Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

²⁵ Embora a origem étnica da grande maioria dos signatários do abaixo-assinado relativo ao retorno das antigas denominações de Novo Hamburgo Velho seja alemã, não podemos desconsiderar a presença de pessoas com sobrenome de origem nacional entre os assinantes, como Manoel de Albuquerque, Arthur Marques, João Alves da Silva, Reinaldo Alves, João Paulo de Souza, Antonio Dutra, Alfredo Ferreira da Silva, Propício F. Cunha, entre outros.

²⁶ Decreto nº. 3, de 05 de janeiro de 1920 - Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

²⁷ Carlos Octaviano de Paula nasceu em Montenegro, no dia 14 de julho de 1878. Aos sete anos de idade, após a morte do pai, a família mudou-se para São Leopoldo. Estudou, durante algum tempo, no Ginásio Conceição de São Leopoldo, mantido pelos padres jesuítas. Casou-se, em 1901, com Frigga Tufvesson, com quem teve seis filhos: Maria Emília (vereadora e prefeita de São Leopoldo), Aracy Virgínia, Carlos Octaviano Junior, Teodoro, Gilda e Paulo. Carlos Octaviano de Paula era sobrinho de Epifânio Orlando de Paula Fogaça, primeiro intendente de São Leopoldo. Assim como seu pai e seu tio, seguiu a carreira de advogado, sendo

bastante forte com algumas lideranças políticas de Novo Hamburgo, como o empresário evangélico-luterano Guilherme Ludwig. Seu companheiro de chapa foi o hamburguense José João Martins, um dos dirigentes do diretório republicano no distrito de Novo Hamburgo. Desde os primeiros meses de 1920, a movimentação em torno das eleições é bastante intensa.

Em julho de 1920, um panfleto é distribuído em São Leopoldo, conclamando a população para que deposite sua confiança e seu voto no candidato dissidente. Conforme consta no seguinte panfleto, após uma reunião popular, a escolha de Carlos Octaviano de Paula se deu pelas qualidades que ele possui:

Tendo a escolha da reunião popular acima referida recahido no verdadeiro candidato para o honroso posto de Intendente Municipal, por ser inteiramente merecedor de distincção, que o povo deste município lhe confere, accrescentamos, que a resolução supra foi tomada de accordo com influentes próceres do partido republicano e de accordo com a opinião popular geral, pelas excellentes qualidades civis e políticas, que caracterisam o nosso candidato, que é bom cidadão, digno chefe de família, honesto advogado, prestigiado republicano e ardoroso co-municepe, cujos esforços não se esgotarão tratando-se do bem da collectividade e da prosperidade de nosso município, cujo bemestar todos desejamos.²⁸

Dois aspectos chamam a atenção no referido panfleto. O primeiro ponto é a referência que se faz ao candidato dissidente como o *verdadeiro candidato*, clara crítica ao candidato oficial, que não era *nativo* da política local. Ao mesmo tempo, a crítica também se direciona ao presidente estadual, Borges de Medeiros. O segundo aspecto diz respeito ao grupo que legitimou a escolha de Carlos Octaviano de Paula. Segundo cita o documento, a escolha ocorreu de acordo com a definição dos republicanos e da *opinião popular geral*. Neste sentido, acreditamos que há nesse ponto uma referência às lideranças políticas de oposição, que decidiram unir forças com o grupo dissidente.

Mesmo com alguns dados incompletos, estabelecemos algumas considerações. Além do aspecto de vinculação confessional e partidária, do qual podemos ter um cenário mais claro, chama atenção o fato de a grande maioria

inclusive Promotor Público de São Leopoldo. Envolvido em atividades sociais, esportivas e políticas, foi membro dissidente do Partido Republicano Rio-grandense, além de ter sido um dos fundadores da Junta Libertadora de São Leopoldo, posteriormente, a partir de 1928, diretório municipal do Partido Libertador. Faleceu em 19 de setembro de 1932, em São Leopoldo.

²⁸ Este documento faz parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Esta documentação se encontra em fase de catalogação. Por conta disso, ainda não foram conferidas referências específicas aos documentos existentes. Provisoriamente, este documento pode ser encontrado na caixa 120 do referido acervo. Sobre a grafia, optamos por manter a original do documento.

dos signatários ser residente nas localidades que formam o 2º Distrito de São Leopoldo, ou seja, Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom. Esse fato pode indicar uma intencionalidade bastante plausível: o objetivo, ao articular e apoiar a candidatura de um dissidente para o governo de São Leopoldo, visa, sobretudo, facilitar o processo de emancipação do distrito de Novo Hamburgo. A partir da tentativa destas lideranças de arregimentar votos para Carlos Octaviano de Paula junto à população daquele distrito, poderia se tornar viável uma pressão mais intensa para que a meta de independência em relação a São Leopoldo pudesse ser alcançada. Pretensão essa que perdurava, pelo menos, em menor ou maior intensidade, conforme as configurações de momento, desde os primeiros tempos da República, ainda no século XIX.²⁹

Outro ponto que cabe ressaltar é que, neste grupo, não vemos inseridos os nomes de Jacob Kroeff Neto, Pedro Adams Filho, Leopoldo Petry (católicos) e Júlio Kunz (evangélico-luterano), importantes lideranças republicanas. Neste período, Jacob Kroeff Neto ocupava o cargo de deputado estadual, enquanto Pedro Adams Filho exercia o cargo de conselheiro municipal (além das funções empresariais). Leopoldo Petry era o secretário da intendência de São Leopoldo e Júlio Kunz ocupava o cargo de subintendente em Hamburgo Velho. Conforme indica René Gertz (2002), estes deram seu apoio ao candidato oficial do Partido Republicano Rio-grandense, Mansueto Bernardi. Deste modo, podemos deduzir que ocorrera dentro do diretório republicano hamburguense uma divisão, onde algumas das principais forças se colocaram em lados opostos. Mas, quais as razões que levaram a essa cisão interna? Quais os interesses dos quatro republicanos que não apoiaram o candidato dissidente? Seriam interesses coletivos ou individuais? Estariam, de certo modo, tentando ganhar pontos junto ao líder máximo do partido, Borges de Medeiros? Talvez não tenhamos respostas mais precisas sobre este aspecto. Mas pelo que acontecimentos posteriores indicam, esta ruptura política parece ter sido momentânea.

O terceiro aspecto que devemos considerar é o número expressivo de evangélico-luteranos que se mobilizaram em torno da candidatura dissidente, Mesmo sem maiores detalhes sobre a vinculação partidária de alguns agentes históricos, este quadro evidencia a intensa mobilização deste grupo na vida política da região. Este crescimento se tornou mais acentuado com o desenvolvimento do regime republicano, ao longo das primeiras décadas do século XX. Um dos motivos que podemos apontar para essa mobilização talvez seja o fato de Carlos Octaviano de Paula possuir uma relação próxima com o grupo

²⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Jornal *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, Ano I, 13/05/1927, n. 2, p.1.

evangélico-luterano, de forma especial com Guilherme Ludwig. Ao mesmo tempo, podem ter visto uma oportunidade de diminuir a influência dos líderes católicos em Novo Hamburgo, mesmo tendo um destes líderes na chapa dissidente, na pessoa de José João Martins, que aparentemente se distanciou do núcleo formado por Leopoldo Petry, Pero Adams Filho e Jacob Kroeff Neto. No caso dos evangélico-luteranos ocorre fenômeno semelhante aos católicos, que é o forte engajamento na vida de suas comunidades confessionais. Podemos citar, por exemplo, os casos de Germano Fehse e Guilherme Ludwig, que foram presidentes das Comunidades Evangélicas de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, respectivamente.

Atentando para o primeiro episódio que citamos neste capítulo, sobre a criação da comunidade católica São Luiz, em 1921, veremos que, no grupo fundante e na comissão de construção da capela, estão justamente José João Martins, Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho e Ervino João Schmidt. Se, por um lado, as questões partidárias os distanciaram por algum momento, por outro, o fator religioso os unia. Mas este fator religioso, ao mesmo tempo, também é expressão de uma questão política. E o resultado eleitoral de 1920 nos ajuda a entender isso.

Conforme nos indica René Gertz,

realizadas as eleições, ficou claro que Mansueto não era bem-visto por uma parte muito significativa do eleitorado, pois, apesar de o odiado candidato dissidente ser de Novo Hamburgo, venceu por 229 votos contra 223 na própria sede, São Leopoldo, perdendo, porém, para Mansueto no seu próprio reduto, Novo Hamburgo, com 366 contra 381 (GERTZ, 2002, p. 185).

Tendo em vista esta derrota, acreditamos que os republicanos hamburgueses, liderados principalmente pelo grupo católico, perceberam que, para atingir seus objetivos políticos, precisariam se articular de outras maneiras. E, na tentativa de cooptar uma adesão maior por parte da população católica local, a organização social em torno de uma nova comunidade expressava um caminho profícuo para essa finalidade. Assim, eram atendidas demandas da fé e da razão. Da fé católica da comunidade de Novo Hamburgo e da razão política dos principais líderes republicanos locais.

Novos olhares para a história regional e local: percebendo nuances complexas

Estes acontecimentos políticos envolvendo Novo Hamburgo e São Leopoldo não são fatos isolados ou desconexos de um cenário político, social

e religioso mais dilatado. É importante compreender o processo histórico que contribuiu para uma divisão política dos imigrantes alemães e descendentes, não apenas em nível local, mas ampliar essa dimensão para a esfera estadual. Sendo o processo de construção política algo dinâmico, tanto as esferas locais sofriam influências dos acontecimentos estaduais como, por outro lado, as diferentes realidades locais contribuía para as determinações em nível estadual. Assim precisamos entender as razões que levaram os católicos a se vincularem ao Partido Republicano Rio-grandense, e os evangélico-luteranos, à oposição federalista e, posteriormente, libertadora³⁰. Entrementes, convém aqui evitar o equívoco de enquadrar e generalizar os católicos apenas com os republicanos e os evangélico-luteranos apenas com a oposição³¹. Existiam evangélico-luteranos inseridos no Partido Republicano Rio-grandense, assim como católicos entre os federalistas/libertadores. Mas em Novo Hamburgo (assim como em outras localidades de origem imigrante), os principais líderes republicanos eram católicos militantes, assim como havia uma forte militância dos líderes oposicionistas dentro das comunidades evangélico-luteranas do Sínodo Rio-grandense.

Historicamente, havia uma identificação por parte de alguns imigrantes e descendentes, moradores das regiões coloniais, com as figuras de Gaspar da Silveira Martins e de Karl von Koseritz,³² membros do Partido Liberal durante

³⁰ Os federalistas eram integrantes do Partido Federalista, fundado em 1892, cujo nome de liderança mais expoente era Gaspar da Silveira Martins. Existiu até 1928, quando deu origem ao Partido Libertador, fundado por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. O Partido Federalista fazia oposição ao Partido Republicano Rio-grandense. Em 1893, quando Júlio de Castilhos, presidente do Partido Republicano Rio-grandense, foi eleito para o governo estadual, teve início a guerra civil de 1893 (também chamada Revolução Federalista ou Guerra da Degola), colocando os dois partidos em luta armada. Em 1895, com a vitória dos republicanos, a oposição acabou sendo bastante enfraquecida nas eleições seguintes, até 1922, quando aconteceram as eleições para o governo estadual, vencidas por Borges de Medeiros, o que ocasionou nova guerra civil, em 1923.

³¹ Sobre São Leopoldo, principalmente na sede municipal, “apesar do acordo que importantes setores católicos gaúchos estabeleceram com Júlio de Castilhos, no início da República, e que foi mantido, a nível estadual, durante todo o governo de Borges de Medeiros até 1928, pelo qual os “católicos” tinham direito a indicar um pequeno número de deputados na lista eleitoral do Partido Republicano Rio-grandense, as relações entre “católicos” e republicanos sempre foram tensas em São Leopoldo. Em compensação, o luterano Rotermond procurou aproximar-se do Partido Republicano local, a ponto de, na década de 1920, o jornal oficial no PRR em São Leopoldo, *União*, ser impresso na sua gráfica”. Ver: GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.16 n. 24, p.43-60, out. 1998

³² Karl von Koseritz nasceu em Dessau, localizada na Saxônia, Alemanha, em 7 de junho de 1830, falecendo em Porto Alegre, aos 59 anos de idade, em 30 de maio de 1890, em decorrência de um ataque cardíaco. Chegado ao Brasil em 1851, fazia parte dos chamados *Brummer*, nome dado ao grupo de aproximadamente 1800 soldados mercenários vindos de regiões que hoje formam a Alemanha. Este grupo foi contratado para a guerra contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosa e o uruguaio Manuel Oribe, que tentava tomar

o período imperial. Isto se deve, em grande parte, ao fato de Silveira Martins e Koseritz (mesmo com atritos entre si) defenderem uma maior participação política dos imigrantes e de seus descendentes, sobretudo dos acatólicos. E parte deste grupo social, por sua vez, quando aconteceu a mudança de regime monárquico para republicano, acabou acompanhando os caminhos políticos tomados por Koseritz e Silveira Martins, que fora a oposição ao Partido Republicano Rio-grandense.

Nesse mesmo período, surgiram boatos de que algumas lideranças republicanas, como o próprio Júlio de Castilhos, nutriam certas desconfianças em relação a essa parcela da população. Nesse sentido, tornou-se emblemático um caso envolvendo secretário de Obras Públicas do estado, engenheiro João José Pereira Parobé. Este, que via com certa desconfiança o fato de alemães estarem tendo um aumento de seu poder político, chegou a afirmar que preferia ver o Rio Grande do Sul em atraso do que dever o desenvolvimento estadual aos imigrantes, especialmente os de origem alemã³³. Esses fatores influenciaram decisões político-partidárias tanto de evangélico-luteranos como de católicos, pelo menos de uma parte deles. No caso dos católicos, muitas vezes influenciados pela ação dos padres jesuítas e seu Projeto de Restauração Católica, pesava o fato de estar à frente do PRR estadual o grupo alinhado com a ideologia positivista, sob liderança de Júlio de Castilhos. E para alguns, catolicismo e positivismo eram incompatíveis.

Porém, nesse sentido, o que mais pesou não foi a discordância entre o ideário positivista e a fé católica. O elemento mais significativo era a possível perda de poder e de influência que a Igreja Católica teria no Brasil a partir da implantação da República, com a separação entre Estado e Igreja. O fato de

o poder no país. Além de soldado, fundada a guerra, se tornou professor e jornalista. Trabalhou, entre outros jornais, no *A Reforma*, de propriedade do político liberal rio-grandense Gaspar da Silveira Martins. Desliga-se do jornal em 1870. Em 1881 funda seu próprio jornal, o *Koseritz Deutsche Zeitung*, onde continua tecendo severas críticas à Igreja Católica e aos padres jesuítas, além de fazer uma relevante defesa da colônia alemã, reivindicando uma maior participação política desse grupo na sociedade brasileira. Em 1883 se elege deputado provincial do Rio Grande do Sul, pelo Partido Liberal, de Silveira Martins. Ao lado deste, se destacou mais uma vez como defensor dos imigrantes alemães, sobretudo os acatólicos. Proclamada a República, tornou-se um dos alvos das críticas dos republicanos, entre eles Júlio de Castilhos. Koseritz também estabeleceu uma série de críticas sobre a forma como o novo regime estava sendo implantado. Por fim, Karl von Koseritz acabou sendo preso, em prisão domiciliar, na qual inclusive suas filhas acabaram sendo envolvidas, não podendo sair de casa. Argumenta-se que esta prisão fragilizou sua saúde, colaborando para o problema cardíaco que lhe causou a morte. Sobre Karl von Koseritz, ver: WEIZENMANN, Tiago. “Sou, como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre, 2015. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

³³ Ver: GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

alguns dos principais líderes do movimento republicano serem positivistas e maçons era visto por alguns setores da Igreja Católica também como uma ameaça, que deveria ser combatida. Arthur Rabuske assim define as mudanças ocorridas nesse período:

a queda do Império e a introdução da República havia sido, em grande parte, obra dos positivistas e maçons. Temia-se, assim, no lado católico, *não sem motivos justos*, que houvesse de chegar-se no novo regime a determinada luta entre o Estado e a Religião Católica ou Igreja (RABUSKE, 1974, p. 34, grifo nosso).³⁴

No cerne desta questão, se torna apropriada uma consideração que o historiador britânico Christopher Hill elaborou sobre a relação entre Estado e Igreja (e aqui consideramos as diversas confissões religiosas, não somente o catolicismo). Embora haja diferenças entre o caso britânico e o processo ocorrido no Brasil, a apreciação de Christopher Hill vai ao encontro de nossa compreensão sobre esta imbricada relação entre poder político e religioso. O componente religioso, de forma cônica ou subjetiva, está no bojo dos códigos norteadores das ações políticas, tanto individuais quanto coletivas, dos agentes históricos que analisamos. Ao mesmo tempo, as instituições religiosas almejam o poder político e o exercício deste poder. Não apenas em uma conotação político-partidária ou burocrático-administrativa, mas em um processo mais amplo: o de influência social. Deste modo, esta influência percorre as mais diversas ramificações da sociedade, sejam elas culturais, educacionais, econômicas, entre outras.³⁵ Para Christopher Hill,

es la iglesia la que apoya al estado, es la religion la que fortalece al gobierno, haced que una cosa se estremezia y derribaréis la otra. Nada está tan arraigado em los corazones de los hombres como la religion, nada tiene tanto poder para dirigir sus actos. Y si alguna vez los corazones del Pueblo albergan dudas sobre la religion, todas las demás relaciones fracasan y nada encontrareis motines

³⁴ RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguismo do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: *Anais do Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1974.

³⁵ Remetendo esta questão para a atualidade brasileira, vemos que ainda se trata de uma estratégia de exercício de poder recorrente. Tomemos como exemplo o Congresso Nacional, sobretudo a Câmara dos Deputados, com a presença da chamada “bancada evangélica” (vinculados principalmente com instituições religiosas de origem pentecostal e neopentecostal) e de parlamentares vinculados com o catolicismo. É possível ver a tentativa de influência social quando do posicionamento e tentativa de impor seus interesses e convicções diante de temas como união homoafetiva, discussões sobre a legalização do aborto, campanhas acerca de relações de gênero, entre outros assuntos. Tentativa essa que não se limita ao espaço parlamentar, mas é articulada de diversas formas, como, por exemplo, ao ser levada aos diferentes meios sociais, seja por meio da mídia, seja por meio da ação junto aos membros das referidas instituições religiosas, que geram um movimento de pressão social junto ao Congresso brasileiro.

y sedición. Así la iglesia y El estado se apoyan y asisten mutuamente, y se uno de ellos cambia, al outro no Le queda um cimiento seguro (HILL, 1990, p. 124).³⁶

Ao atentarmos para esta premissa, poderemos melhor compreender as escolhas e articulações executadas por evangélico-luteranos e católicos. Enquanto os primeiros se dividem entre a oposição (a maioria) e a inserção de uma minoria no Partido Republicano Rio-grandense, os católicos, em um primeiro momento, tentam se articular em torno de uma agremiação partidária própria. Trata-se do Partido Católico do Centro,³⁷ formado em maio de 1890, seis meses após o evento da proclamação e instauração do regime republicano no país. Por outro lado, consideramos também as tentativas, por parte de lideranças evangélico-luteranas, para a organização de um partido político, o chamado Partido Colonial. Entre os nomes que formularam e lideraram esta tentativa, estão os pastores Heinrich Ernst August Kunert e Wilhelm Rotermund.³⁸ Mesmo não adentrando mais diretamente na abordagem sobre esta experiência de organização política, a consciência de que

³⁶ HILL, Christopher. *De la reforma a la revolucion industrial, 1530-1780*. Barcelona: Ariel, 1990.

³⁷ Em 1890, a organização do Partido Católico do Centro (inspirado no Partido Católico Alemão, *Zentrumspartei*) contou com a iniciativa de nomes como Jacob Kroeff Filho, Luís Englert, Frederico Linck e Hugo Metzler, entre outros, conforme ata de reuniões, que se encontra no acervo documental do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na Coleção Wolfram Metzler. Não se trata apenas de um partido restringido à participação de alemães e descendentes. Veremos, entre seus membros, nomes como Alfredo Clemente Pinto, educador e político bastante ligado à Igreja Católica. Além das tentativas de âmbito eleitoral, o Partido contava com a imprensa, por meio do periódico de língua alemã *Deutsche Volksblatt*, produzido na Typographia do Centro, de propriedade de Hugo Metzler (lembramos que, da parte evangélico-luterana, havia o jornal *Deutsche Post*, produzido pelas oficinas gráficas do pastor Wilhelm Rotermund e sua família, sediada em São Leopoldo). Mesmo depois do fim do partido, este periódico continuou circulando até 1939, quando de sua proibição pelo Governo Vargas. Embora não nos aprofundemos na questão da imprensa, esse breve relato nos ajuda a perceber mais um instrumento utilizado tanto por parte dos evangélico-luteranos como por parte dos católicos.

³⁸ Para maiores informações sobre o Partido Colonial, ver: GERTZ, René E. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião, *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 14, n. 1, p. 38-48, janeiro/abril, 2010. Neste artigo, o autor realiza uma apropriada análise crítica sobre a fundação do Partido Católico do Centro e sobre as articulações em torno da criação do Partido Colonial. Sobre este último, é interessante percebermos as pressões que foram exercidas por republicanos e oposição, na tentativa de, ou impedir a fundação do mesmo ou, pelo menos, limitar a sua função política. Conforme nos indica René Gertz, op. cit., p. 44, “políticos que haviam pertencido ao Partido Conservador, e agora apoiavam os republicanos, diziam que não se deveria criar um partido colonial autônomo, para concorrer com o partido do governo, que a “colônia” deveria restringir-se a organizar associações coloniais, as quais deveriam trazer suas demandas ao partido do governo e pressioná-lo para que fossem atendidas, mas não deveria fazer oposição. Os antigos liberais insistiam que, seja na forma de partido ou não, a “colônia” poderia articular-se, mas exclusivamente com vistas a suas reivindicações econômicas, pois a fundação e atuação de um partido político propriamente dito viriam a prejudicar o partido do próprio Gaspar Silveira Martins, o tradicional grande amigo das populações das regiões coloniais, pois esse partido político colonial geraria desavenças entre as próprias populações “coloniais” e aticaria o assim chamado “nativismo”, isto é, as posições, sobretudo, antialemãs que havia entre muitos republicanos”.

houve essa articulação ratifica a complexidade do ambiente social e político rio-grandense, durante essa fase inicial da República em nosso estado.

O Partido Católico do Centro, também chamado de Partido do Centro Católico ou simplesmente Centro Católico, teve existência efêmera no Rio Grande do Sul. A reformulação desta agremiação partidária, ocorrida em 1890, tentou reabilitar um projeto que já ocorrera alguns anos antes, na década de 1870. Porém, conforme nos indicam Arthur Blásio Rambo (2002)³⁹ e René Gertz (2010), embora houvesse uma tentativa de arregimentação que promovesse uma votação expressiva nos candidatos do partido, tanto em nível estadual, para a Assembleia dos Representantes, tanto em nível federal, para a Câmara dos Deputados, esse objetivo não foi alcançado de maneira satisfatória.

O fato é que, em eleições posteriores, candidatos do Partido Católico do Centro unem-se aos candidatos republicanos, visando eleger seus representantes nas eleições federais e estaduais. Essa política de alianças acabou trazendo frutos, pois alguns representantes católicos foram eleitos para a Assembleia dos Representantes a partir de 1893. Dentre eles, destacamos o empresário do setor hoteleiro e de matadouros Jacob Kroeff Filho, residente no distrito de Novo Hamburgo, além de Luís Englert (já eleito em 1891), natural de São Leopoldo, que listam entre os fundadores do Partido Católico do Centro. Temos aí, deste modo, representantes dos católicos das áreas de imigração alemã inseridos na máquina política estadual. Tanto Jacob Kroeff Filho quanto Luís Englert ingressariam nas fileiras do Partido Republicano Rio-grandense, ao qual estariam vinculados até o fim da vida.

Retomando uma análise mais focalizada nas questões locais, envolvendo os dois grupos, é interessante estabelecer um paralelo com situação ocorrida em Santa Cruz do Sul, que pode ser colocada em um quadro comparativo com os fatos políticos ocorridos em São Leopoldo e Novo Hamburgo, que ajudam a reforçar nossas considerações. Silvana Krause, ao se dedicar à análise da vida econômica, política e religiosa de Santa Cruz, no período da Primeira República, evidencia que nesta localidade a divisão política de católicos e evangélico-luteranos também possui uma dimensão não dualista. No caso dos evangélico-luteranos e outros grupos acatólicos,⁴⁰ segundo a autora,

³⁹ RAMBO, Arthur B. Restauração católica no Sul do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

⁴⁰ Além dos evangélico-luteranos, vinculados ao Sínodo Rio-grandense, precisamos considerar também outros grupos de confissões diferentes, como os vinculados ao Sínodo de Missouri, chegados ao Brasil em 1900. Também podemos citar os participantes da Igreja Metodista, instalada no Rio Grande do Sul a partir de 1875, e a Igreja Anglicana, a partir de 1890.

mesmo com a política do PRR de alargar as liberdades dos acatólicos, não é possível afirmar que as lideranças políticas locais (em especial no início da República) aderiram em massa a esse projeto. Foi constatado que muitas lideranças políticas acatólicas tinham se juntado aos liberais no Império, gerando, como consequência, uma resistência a uma nova agremiação partidária. A fidelidade aos liberais, que também lutaram em favor aos acatólicos, foi um dos motivos que levaram a não adesão completa ao PRR destas lideranças. Além desse aspecto, as resistências ao PRR eram também ligadas à falta de autonomia dos municípios e à imposição de lideranças que não eram da região (KRAUSE, 2002, p. 184).⁴¹

No caso de São Leopoldo e Novo Hamburgo, as intervenções na administração local também se tornaram um dos pontos de maior embate entre as forças políticas locais e a liderança partidária estadual, Borges de Medeiros, sobretudo após as já mencionadas nomeações de Gabriel de Azambuja Fortuna e Mansueto Bernardi. No tocante à participação e inserção dos católicos junto ao Partido Republicano Rio-grandense, em Santa Cruz do Sul veremos um fenômeno diferenciado do que ocorrera em São Leopoldo e Novo Hamburgo. Enquanto nestas duas localidades a entrada de católicos no partido foi expressiva, inclusive com membros deste grupo confessional estando à frente dos diretórios locais, em Santa Cruz do Sul observamos que a presença de católicos possui uma escala mais reduzida. No ambiente político santa-cruzense, parece que o PRR era visto com mais desconfiança do que no caso leopoldense e hamburguense. Houve um peso mais expressivo da discordância entre positivismo e catolicismo no fomento das relações e vinculações partidárias locais. Tanto que no Partido Católico do Centro, mesmo com sua curta duração,⁴² a participação de agentes históricos locais foi intensa. E, mesmo após o encerramento das atividades do partido, segundo Silvana Krause (2002), ocorreu a formação de um bloco local, denominado Aliança Católica, com o qual as lideranças do diretório republicano local acabavam tendo que negociar, na tentativa de uma adesão maior dos católicos nos processos eleitorais. Não apenas em nível local, mas até mesmo nas eleições estaduais e federais.

⁴¹ KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

⁴² Conforme registros, ainda encontramos reuniões do partido em nível estadual ocorrendo até o ano de 1896. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (NHVSL) – Coleção Wolfram Metzler – Livro de Atas das sessões do Centro Católico (Partido Católico do Centro) entre 1890 e 1896.

Na literatura rio-grandense, o fator religioso na vida social da população não deixou de ser considerado como um elemento importante. Em sua obra *O tempo e o vento*,⁴³ Erico Veríssimo⁴⁴ dedica algumas linhas para este aspecto:

fazia mais de quatro anos que tinham chegado à Feitoria do Linho Cânhamo, às margens do Rio dos Sinos, centenas e centenas de colonos alemães. No futuro, os filhos desses imigrantes haveriam de fatalmente casar-se com as gentes da terra e o sangue alemão se misturaria com o português, o índio e o negro. Para produzir [...] o quê? Havia outra coisa que inquietava o vigário de Santa Fé. Era pensar em que entre esses imigrantes alemães deviam existir muitos protestantes. Chegaria o dia em que igrejas luteranas começariam a aparecer nas colônias. O governo devia evitar isso, estabelecendo como condição para um imigrante entrar no Brasil a sua qualidade de católico praticante. Porque a terra de Santa Cruz pertencia espiritualmente à Igreja Católica (VERÍSSIMO, 1989, p. 223).⁴⁵

Cientes de que a construção literária não é, na maioria das vezes, descompromissada, podemos realizar diversas conjecturas sobre as intencionalidades do autor, assim como o contexto no qual se embasou para elaborar sua narrativa. Queremos, com isso, chamar a atenção para a percepção que diferentes campos do conhecimento têm deste aspecto, da trama que envolve a política e suas dimensões com a religião e suas nuances. Também é importante ressaltar a percepção que a intelectualidade rio-grandense tem sobre esses fatores. As observações de Erico Veríssimo evidenciam que disputas políticas e religiosas nas regiões de colonização, tanto rurais como urbanas, não passavam despercebidas. Em seu texto, ao localizar temporalmente as reflexões do pároco católico de Santa Fé ainda no século XIX, consideramos que Erico Veríssimo trazia à tona fatos do momento histórico em que vivia.

Apreender estas diferentes realidades locais ajuda a perceber a complexidade do mecanismo político. São diferentes interesses, relações, ajustes,

⁴³ *O Continente* (dividido em dois volumes) é a primeira parte da trilogia *O Tempo e o Vento* (a segunda parte é *O Retrato*, de 1951, também em dois volumes, sendo a terceira parte, *O Arquipélago*, lançado em 1961, em três volumes). Tendo em vista que o processo de escrita é construído ao longo do tempo e utilizando-se das percepções que o autor tem dos fatos que aconteceram, Erico Veríssimo acompanhou o desenrolar de diferentes processos envolvendo imigrantes alemães e descendentes, tanto católicos como evangélico-luteranos. Desde sua aproximação com Mansueto Bernardi, que fora diretor da Editora e Livraria do Globo, até as questões do Estado Novo, cremos que tiveram um peso no tocante às referências que o autor faz sobre o assunto em sua obra. Assim reforçamos nosso argumento de que, ao falar da situação de Santa Fé por volta de 1828, ele não fala apenas daquele momento histórico, mas abarca também a situação encontrada nas décadas de 1920, 1930 e 1940.

⁴⁴ Mansueto Bernardi, que trabalhou como diretor da Editora e Livraria do Globo, foi responsável pela contratação de Erico Veríssimo.

⁴⁵ VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. O Continente. Tomo I. São Paulo: Editora do Globo, 1989.

distanciamentos e conflitos que se entrecruzam,⁴⁶ em diferentes momentos e em distintas escalas. Não podemos traçar uma linha retilínea na análise das imbricações entre política e religião, pois as disparidades e particularidades locais fazem emergir um tecido social multifacetado. E é justamente para deixar transparecer essas múltiplas dimensões da configuração política e partidária ocorridas em Novo Hamburgo que estabelecemos esta combinação entre o local e o mais amplo, ambos guiados por um olhar mais acurado, percebendo os detalhes, os elementos utilizados para a estruturação das redes sociais formadas pelos diversos agentes históricos envolvidos. Durante muito tempo, a chamada história local tradicional, assim como a regional, era vista com certo menosprezo pela historiografia acadêmica mais crítica, justamente por tecer uma narrativa meramente cronológica ou de cunho laudatório e superficial sobre os acontecimentos. Hoje, por conta das mudanças teóricas e metodológicas ocorridas, a análise da história local permite ver as sutilezas e nuances complexas do tecido social, evitando padronizações e generalizações.

Artigo recebido para publicação em 31/12/2016

Artigo aprovado para publicação em 21/04/2017

⁴⁶ Compreendemos os conflitos não como meras exaltações ou momentos de indisposição. Nos casos que iremos analisar, os conflitos são por nós percebidos como formas de articulação grupal, mas também pessoal, em torno de um ou mais objetivos. A análise dos conflitos sob esta ótica tem como referência a Tese de Doutorado de Marcos Justo Tramontini. Para maiores informações, ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.